

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AMAZÔNIA – CINDRA**

**REQUERIMENTO nº \_\_\_\_\_ de 2022**

(Da Sra. Vivi Reis)

Requer a realização de audiência pública para debater a exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial Brasileira.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, III; 117, VIII; e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater as atividades exploratórias de petróleo e gás na Margem Equatorial Brasileira, pela Petrobrás, com a presença dos seguintes convidados:

1. Ministério de Minas e Energia;
2. Diretoria de Exploração e Produção da Petrobras;
3. Representante do Sindicato dos Petroleiros do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá (Sindipetro PA/AM/MA/AP);
4. Representante da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP);
5. Representante do Greepeace;
6. Representante do Ibama.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Petróleo Brasileiro SA - Petrobrás, mais valiosa empresa brasileira e uma das maiores da América Latina, tem sua história de 68 anos diretamente ligada ao desenvolvimento do país e ao sentimento de um nacionalismo vitorioso.

A Companhia detém a referência mundial em tecnologia para exploração em águas ultraprofundas, sendo premiada por quatro vezes, nos últimos 30 anos, com o *Offshore Technology Conference (OTC)* -



*Distinguished Achievement Award for Companies*, considerado o Oscar da indústria mundial.

Em 2022, segundo informações divulgadas no Plano Estratégico 2022-2026 da Petrobras, serão investidos 38% do *Capex* Exploratório (cerca de US\$ 2 bilhões), com investimento em 14 poços nas águas ultra profundas, na **Margem Equatorial Brasileira**. A região é considerada a "nova fronteira exploratória" de petróleo e gás do país, se estendendo desde o Estado do Amapá, passando pelo Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, até o Rio Grande do Norte.

A previsão da empresa é que no segundo semestre deste ano se inicie a campanha exploratória, cuja fase atual é de licenciamento ambiental. Obtidas as autorizações, iniciar-se-ão as atividades para a descoberta de acumulação economicamente viável de óleo e gás. Para tanto, a Petrobrás deverá obter dados diretos – de poços exploratórios e indiretos, como aquisições sísmicas, de modo a avaliar o potencial do projeto.

A atuação da empresa na região amazônica, iniciada nos anos 1950, sempre esteve envolta em grande potencial desenvolvimento tecnológico e industrial, com consequente geração de empregos e renda, de um lado, e, por outro, com a necessidade de atenção às particulares e desafiadoras condições ambientais e na relação com as comunidades tradicionais e povos originários que ali habitam.

Em face deste cenário, faz-se mister a realização da audiência pública ora solicitada para que possam ser discutidos nesta Comissão, com participação da Petrobrás, das partes interessadas e da sociedade brasileira, os detalhes de tal projeto, suas potencialidades econômicas e desafios ambientais e sociais.

Sala da Comissão, em 2 de agosto de 2022.

Deputada VIVI REIS  
PSOL/PA

